



UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA  
DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

**Educação e religião na América Portuguesa: um debate introdutório sobre a presença jesuíta em terras brasílicas (1549-1759)**

Amanda de Vasconcelos Severo Santos <sup>1</sup>  
Paulo Julião da Silva <sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca analisar através de uma pesquisa bibliográfica, com o aparato de livros, teses e dissertações, as ações educacionais da Companhia de Jesus na América Portuguesa, observando a chegada deles no Brasil e o impacto da educação católica sobre os indígenas. O nosso objetivo geral é: Analisar a educação jesuíta no Brasil com as comunidades indígenas, e as práticas de doutrinação aplicada aos índios. Delimitamos dentro desse objetivo, os específicos que serão: identificar fatos sobre a chegada dos jesuítas no Brasil, descrever as atividades religiosas na instituição da “educação católica” aos índios e diagnosticar as dificuldades enfrentadas pelos jesuítas para o desenvolvimento do trabalho de catequese. Esperamos com essa análise entender o que motivou a vinda dos jesuítas ao Brasil, suas práticas e os resultados da inserção do catolicismo no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVES:** Companhia de Jesus; Jesuítas; Educação Católica; Indígenas.

<sup>1</sup> Aluna Graduanda do curso Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: amanda.severosantos@ufpe.br

<sup>2</sup> Orientador Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Professor titular da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: paulo.juliao@ufpe.br

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Amanda de Vasconcelos Severo .

Educação e religião na América Portuguesa: um debate introdutório sobre a  
presença jesuíta em terras brasílicas (1549-1759) / Amanda de Vasconcelos Severo  
Santos. - Recife, 2022.

33

Orientador(a): Paulo Julião da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Educação, Pedagogia - Licenciatura, 2022.

1. Companhia de Jesus. 2. Jesuítas. 3. Educação Católica. 4. Indígenas. 5.  
Nativos. I. Silva, Paulo Julião da. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

## INTRODUÇÃO

Com a chegada dos portugueses no Brasil em 1500, temos o primeiro contato dessa sociedade estritamente “civilizada e cristã” com os nativos. Com isso surge as primeiras tentativas de colonização. Após a decisão de Portugal de colonização definitiva da terra, chegou em 1549 o primeiro governador Tomé de Souza e com ele os jesuítas. A primeira ordem era constituída por quatro padres e dois irmãos liderados por Manuel da Nobrega. O presente artigo tem como objetivos traçar uma linha do tempo sobre a fundação da Companhia de Jesus, onde foram construídos colégios e seminários que resultaram numa expansão por várias regiões brasileiras (SAVIANI, 2007, p.25).

Diferente do que pode parecer, esse processo de inserção católica no Brasil, que foi constituído de três importantes aspectos, colonização, educação e catequese, não aconteceu de forma natural ou espontânea. Afinal, estamos falando de sociedades plurais, aqui refiro-me aos indígenas, que já possuíam suas múltiplas formas de organização, cultura e religião.

Mas, segundo Elias (1990) o processo civilizador é a operação de transmissão de uma cultura que faz com que as regras e normas sociais, num determinado momento de origem externa, se inscrevam no indivíduo e passem a operar sob a forma de autocontrole. Nesse sentido, os jesuítas acreditavam que o Brasil era uma sociedade não civilizada nesse período.

Não se adequar aos méritos cristãos e ocidentais não significava que eles não deveriam ter sua cultura preservada. O que os portugueses fizeram com os indígenas durante a primeira e segunda ocupação católica, aqui só vou me ater aos primeiros anos, foi uma tentativa de colonização e civilização.

A Companhia de Jesus, fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris liderados por Inácio López de Loyola, em pleno desenrolar do movimento de reação da Igreja Católica contra a reforma protestante, podendo ser considerada um dos principais instrumentos da Contrarreforma nessa luta. Seu objetivo era tentar sustar o grande avanço protestante da época, e para isso utilizou-se de duas estratégias: por meio da educação dos homens e dos índios; e por intermédio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (NETO e MACIEL, 2008, p.130).

Para Azevedo (1976), a Companhia de Jesus tinha como princípio formar um exército de soldados da Igreja Católica capazes de combaterem a heresia e converter os pagãos, apresentando desse modo características de uma milícia. Para atingir seus objetivos, os jesuítas – soldados de Cristo –, deveriam passar por uma reciclagem intelectual e científica para combater os vícios e os pecados e purificá-los contra o mal.

Seu papel na sociedade portuguesa da época foi fundamental, pois cabia a eles propiciar as condições necessárias para educar os grupos sociais menos favorecidos da população. Portanto, sua obra tornava-se uma atividade de caridade. Portanto, o ensino jesuítico, no início de suas atividades, não era um ensino para todos e sim para uma pequena parcela da população, pois destinava-se exclusivamente a ensinar os “ignorantes” a ler e escrever (NETO e MACIEL, 2008, p.172).

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43).

Podemos dizer que a criação da Companhia de Jesus, não foi somente uma decisão religiosa. Roma usava como meio de controle a religião. O catolicismo juntamente com o poder dos Reis, exercia sobre a população um certo controle. Vendo essa possibilidade de controle sendo ameaça era necessária uma atitude que recuperasse a confiança do povo.

Com o aparato de fontes secundárias (artigos, teses, dissertações e livros escritos por outros autores) vamos identificar a problemática que a imposição da fé católica trouxe, e caracterizar os métodos que foram usados pelos jesuítas, como maneira de se “aproximar” dos nativos e suas consequências.

A chegada dos Jesuítas no Brasil a partir de 1549, é considerada como sendo o ano e marco do começo da história da educação brasileira. Sobre essa influência Wilson Ricardo Antoniassi de Almeida (2014, p.2) discorre:

Quando analisamos a história da educação no Brasil é imprescindível considerar a educação católica, em específico, a participação jesuítica no processo de educação brasileira, já que ela está intrinsecamente atrelada a essa prática, sendo responsável pela educação dos habitantes de nosso país no período colonial. Assim, não há como não considerar a influência e a importância da educação jesuítica para atual educação.

Podemos considerar que a história da educação brasileira teve seu início no período colonial, do ponto de vista institucional, junto com a chegada dos jesuítas e suas práticas. Eles trouxeram em forma de uma ideologia católica os primeiros passos para o começo da educação.

Vários autores exploram as consequências da colonização católica imposta aos indígenas e os métodos utilizados nesse processo. Gadotti (2002, p. 231), por exemplo é um dos autores que vai discorrer sobre os contras da ocupação jesuíta no Brasil.

Ele trata que os jesuítas eram discriminatórios e preconceituosos e dedicaram-se a formação de elites sociais. Essa última afirmação se torna mais palpável na Europa. Focando no objeto do nosso estudo, no Brasil, tivemos apenas a imposição da força não somente religiosa, mas também física (GADOTTI 2002).

Não somente tivemos consequências religiosas, mas influências significativas na educação que por exemplo perduram até os dias atuais, como a pedagogia tradicional, não como a que conhecemos atualmente, mas um primeiro modelo dela surgiu com os jesuítas. Almeida (1989, p.25) discorre:

É incontestável que os jesuítas foram os primeiros educadores da juventude brasileira e foram também os pioneiros da civilização do país, onde lançaram os fundamentos de nossos edifícios sociais, as bases segundo as quais formou-se nosso espírito público.

Já foi dito aqui que com a chegada dos primeiros jesuítas que se teve o marco pedagógico no Brasil. Mas será que podemos considerar os padres jesuítas educadores ou doutrinadores? Essa dúvida que permeia a presente pesquisa pode ser algo considerado ambíguo e pessoal.

Tendo um caráter com extrema disciplina e tradicionalismo, Saviani (2009) vai analisar que disso nasceu a pedagogia tradicional. Nela temos uma manutenção da ordem e o acúmulo de conhecimento.

Dentro do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tive a vivência do assunto com as disciplinas de Sociologia da Educação e História da Educação (Geral e do Brasil). Em tais disciplinas, essa problemática jesuíta, se assim podemos chamá-la, sempre me chamou atenção.

Pelo fato de termos no nosso país alguns padres responsáveis por esse processo sendo homenageados com estátuas e museus, principalmente no sul do Brasil, essas expressões me levaram a questionamentos do merecimento ou não de tais homenagens.

Como, por exemplo, o Museu de Anchieta, o qual visitei pessoalmente, que fica localizado na praça Pátio do Colégio, no centro de São Paulo. Possui um imenso acervo que tem todo o histórico da vida do padre José de Anchieta. Fica no ponto do Planalto Paulista escolhido pelos Jesuítas para fundação da cidade

Essas questões sempre me despertaram curiosidade e reflexões sobre como analisar o trabalho católico com os indígenas no que diz respeito à educação.

Esse assunto vai além do que podemos resumir em um artigo de trinta e poucas páginas. A partir de 1759, toda essa proposta e prática educativa foram impedidas de prosseguir. Conforme Serafim Leite, pela Lei de 03 de setembro de 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) ordena a expulsão dos jesuítas do Brasil (SERAFIM LEITE, 1965, p. 231 & FERREIRA, 1966, p. 217).

Temos no nosso país colégios e universidades da ordem. No estado de Pernambuco podemos citar a Universidade Católica e o Colégio Nóbrega, esse último teve suas atividades encerradas no ano de 2006.

O presente trabalho busca investigar se a prática jesuíta sobre os nativos teve ou não uma ação benéfica na cultura já existente no Brasil, pretendemos fazer isso com base em estudos que corroborem a nossa linha de pesquisa.

Assim dito temos como pergunta norteadora do presente trabalho: Como foi instituída a educação jesuíta nas tribos indígenas no Brasil no ano de 1549?

O nosso objetivo geral é: Analisar a educação jesuíta no Brasil com as comunidades indígenas, e as práticas de doutrinação aplicada aos índios. Delimitamos dentro desse objetivo, os específicos que serão: 1- Identificar fatos sobre a chegada dos jesuítas no Brasil; 2 - Descrever as atividades religiosas na instituição da “educação católica” aos índios; 3 - Diagnosticar as dificuldades enfrentadas pelos jesuítas para o desenvolvimento do trabalho de catequese.

A seguir, daremos início às discussões mais empíricas do nosso trabalho, considerando que realizaremos uma pesquisa de abordagem bibliográfica, utilizando fontes secundárias como artigos científicos e textos que discorrem sobre a temática.

A pesquisa bibliográfica, “é desenvolvida com base material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (FACHIN, 2001, p.125).

Segundo Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de fornecer ao investigador um instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

A pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. A sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto. (GIL, 1994, p. 6).

Portanto, podemos concluir que com a pesquisa bibliográfica temos como fazer um leque de informações ricas e poder “conversar” com esses textos de forma com que traga uma riqueza ao trabalho.

O sujeito utilizado nesse trabalho foram os jesuítas. Mais precisamente os impactos da catequização dos mesmos aplicada aos indígenas como forma de colonização. A pergunta norteadora e os objetivos desse trabalho têm como a intenção destrinchar o que entendemos pelo primeiro contato da fé católica com os indígenas.

Dada a natureza do tema, a importância desse sujeito é fundamental para as respostas das perguntas e objetivos do trabalho.

Nada mais apropriado que a resposta das indagações venha diretamente dos sujeitos que foram participantes dos problemas levantados. Conforme Ruiz (1996, apud AGUIAR, 2008), o sujeito de uma pesquisa pode ser definido como a pessoa, o fato ou o fenômeno sobre o qual se quer saber algo.

Assim, podemos dizer que o sujeito é uma das partes mais importantes do estudo. Ele apresenta as respostas a nossas indagações e nos guia no caminho para construção do trabalho.

Por tratar de uma pesquisa bibliográfica seria improvável pensar que obtivemos as respostas diretamente com a fonte de estudo. Por isso o levantamento bibliográfico se torna essencial para a pesquisa e para que posamos “conversar” com o objeto de pesquisa.

## **PRIMÓRDIOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Saviani (2009) diz que o nascimento da História da Educação Brasileira se inicia com a chegada jesuíta na América Portuguesa em 1549. Antes disso, de 1500 até aquela data tivemos algumas poucas tentativas de colonização por parte de alguns europeus. A partir desse momento (os anos de 1540), convence-se o rei de Portugal Dom João III que era necessário o envolvimento da monarquia na ocupação da nova terra. É aí que chega o primeiro governador geral do Brasil Tomé de Souza. Com ele vieram os primeiros jesuítas. A missão dada pelo Rei era a conversão dos indígenas (SAVIANI, 2009).

Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica de modo que os gentios possam ser doutrinados e ensinados nas cosias de nossa santa fé. (DOM JOÃO III, 1992, pp. 145 e 148).

Através dos documentos de correspondência entre Dom João III e Caminha vemos a preocupação de converter os indígenas a uma fé que era considerada a cristã.

Em outras partes da Europa a Igreja tinha enorme influência sobre os Reis. Em Portugal era diferente. O Rei estava acima da Igreja, mas, com essa decisão de colonizar através da fé podemos ver um certo alinhamento de ideias. E era basicamente o que acontecia. Quando se tratava de certas decisões, a Igreja e o Rei entravam em acordo. Principalmente decisões econômicas (ARCANJO; HANASHIRO, 2010).

Chegamos ao ponto de reconhecer que o começo da educação no Brasil surgiu de um viés totalmente religioso. A catequização aplicada aos indígenas nada mais era que a tentativa de colonizar, mas com a fé católica. O primeiro governador geral do Brasil Tomé de Souza desembarcou no Brasil com o padre Manuel da Nobrega que seria o responsável pela catequização.

Nessa altura a Igreja já temia a expansão protestante. Durante duzentos e dez anos os jesuítas foram os educadores brasileiros. Veremos como essa fase não somente marcou a educação, mas o processo cultural do país.

## **A COMPANHIA DE JESUS**

Algumas das restrições religiosas, se podemos chamar assim, por parte da Igreja fez com que surgissem “oposição”. Para iniciar, por exemplo, era proibido ler a bíblia em qualquer outra língua que não fosse latim. Uma das punições era ser queimado vivo. Certas divergências com práticas católicas foram decisivas para que Lutero rompesse com Roma e criasse a Igreja Protestante (ARCANJO; HANASHIRO, 2010).

Isso trouxe a primeira reunião convocada em 1545, pelo Papa Paulo III com os bispos, o Concílio de Trento, foi o 13º concílio da Igreja Católica e era chamado de Concílio Ecumênico. O concílio foi finalizado dezoito anos depois, em 1563. No entanto, as reuniões conciliares ocorridas durante esses anos não foram ininterruptas, dividindo-se em três etapas. Na primeira fase, entre os anos 1545 e 1548, foram discutidas questões teológicas que precisavam ser esclarecidas em caráter emergencial devido aos ataques sofridos pela Igreja Católica por parte de Martinho Lutero e dos seguidores de seu pensamento reformista (SANTOS, 2013).

Após essa reunião, que teve dentre outras lideranças o padre Inácio de Loyola, nasceu a Companhia de Jesus, uma tentativa da Igreja católica de frear o crescimento do protestantismo. A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé (RAYMUNDO, 1998, p. 43).

Os integrantes dessa Companhia tinham uma importante missão e eram considerados soldados de Deus, sua tarefa era propagar a fé pela pregação e espalhar a verdade cristã.

Todo aquele que nesta nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quizer militar como soldado de Deus debaixo da bandeira da cruz e servir ao único senhor e ao Romano Pontífice, Vigário seu na terra, depois de fazer o voto solene de caridade perpetua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para de um modo principal procurar o proveito das almas na vida e doutrina cristã,

propagar a fé pela pública pregação e ministério da palavra de deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e nomeando ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fieis no tribunal da confissão. (RODRIGUES, 1931, p. 110-112).

Vemos que a Companhia foi fundada com objetivo de espalhar a fé cristã e restaurar a soberania da Igreja. Para eles a única e verdadeira religião, que trazia a salvação era a católica.

A Companhia tinha um caráter pedagógico e seguindo os preceitos do seu criador Ignácio de Loyola, que foi um militar, tinha uma hierarquia muito disciplinada e bem-organizada. Os reitores eram encarregados pelos professores e logo depois vinham os prefeitos, onde cada um tinha uma função.

Cada prefeito era responsável por um departamento: Prefeito de estudos, que acompanha as aulas e dava conselhos aos novos professores; Prefeito principal, encarregado dos estudos superiores; Prefeito de estudos inferiores que trabalhava com o prefeito de disciplina que ajudava na ordem dos alunos, quando havia colégios com grande número de alunos (ARCANJO; HANASHIRO, 2010).

Pouco depois da criação da Companhia, os jesuítas eram os únicos educadores que tinham o apoio da metrópole para trabalhar na colônia. Essa informação não pode ser considerada surpresa, tendo em vista que a sua formação foi diretamente apoiada e aprovada pelo Rei. Afinal, estamos falando de uma tentativa da Igreja e coroa tanto de frear o protestantismo, como retomar o poder na Europa (ARCANJO; HANASHIRO, 2010).

A formação do professor jesuíta era detalhada e duradoura, tendo todo o ciclo um total de doze anos. Destes, dois anos somente para preparar a alma para o serviço a Deus e os anos restantes divididos em letras e ciências. Tínhamos também o ensino todo em latim, o que remota muito ao que vimos anteriormente, que por exemplo a bíblia só podia ser lida em latim. Outra coisa importante nessa educação era a memorização. Os alunos decoravam tudo, tendo em vista que o mais importante era a disseminação da fé e não necessariamente a formação educacional dos indivíduos (ARCANJO; HANASHIRO, 2010).

Uma característica da educação dos jesuítas em geral e mais particularmente do futuro membro da Companhia era a disciplina como meio de se obter o máximo de rendimento do estudante. A disciplina aliada à punição dava o tom de seriedade necessário para a dedicação aos estudos (COSTA, 2005).

Vemos que a Companhia de Jesus, além de ter sido criada com propósitos religiosos com receio da expansão do Luteranismo e do Calvinismo era, uma organização que prezava também pelo aprendizado, algo como a memorização dos ideais religiosos com o intuito de disseminá-los nas pregações públicas.

Os alunos tinham como livro pedagógico o *Ratio Studiorum*. Através dele que era possível a aplicação de todas as regras e castigos. As 467 normas eram bem detalhadas e específicas. Podemos ver alguns exemplos importantes:

3. Estudar de conformidade com a direção do Superior – Siga cada um a faculdade e ouça os professores que lhe assinar o superior; observem todos com empenho o horário e método de estudos prescritos pelo Prefeito ou Professor e não utilizem outros livros além dos que lhe forem dados pelo mesmo Prefeito. (*RATIO STUDIORUM*, 1952, p.215)

Nesse trecho vemos o que podemos dizer que seria como uma primeira versão dessa pedagogia atual. Que visa somente a disciplina, a ordem, imposição de memorização de conhecimentos.

4. Diligência – Sejam assíduos em ouvir as aulas, diligentes em prepará-las e, depois de ouvidas, em repeti-las; perguntem o que não entenderam; tomem nota das cousas mais importantes para auxiliar as deficiências da memória (*RATIO STUDIORUM*, 1952, p. 215)

Aqui um treinamento da memorização dos futuros doutrinadores. Era de extrema importância essa boa memória para no futuro o processo de ensino da fé católica.

É interessante perceber que durante a formação dos jesuítas era estimulado entre os alunos uma espécie de competição. Dessa forma os professores e reitores queriam garantir que o conteúdo era realmente assimilado pelos alunos.

Isso criava dentro da própria Companhia status e no futuro era usado para selecionar os melhores estudantes. Podia se dizer que com esse “incentivo” de certa forma se tinha resultados rápidos na aprendizagem. Pois os alunos estavam interessados em memorizar conteúdo para competir entre si, elevando, assim, o que era considerado um padrão de qualidade dentro da Companhia. Afinal eles não estavam bem interessados na assimilação do conteúdo e sim, a mera memorização dele. É relatado que no próprio *Ratio Studiorum* era orientando essas competições (COSTA, 2005).

No manual pedagógico havia uma sessão para normas de distribuição de prêmios. Na primeira regra tínhamos:

Para a classe de Retórica haverá oito prêmios: dois para prova latina, dois para poesia; dois para prosa grega e outros tantos para poesia. Para a classe de Humanidades e a primeira classe de Gramática haverá seis prêmios, na mesma ordem, omitindo-se a poesia grega que, de regra, não ocorre abaixo da Retórica. Para todas as outras classes inferiores, quatro prêmios, omitindo-se também a poesia latina. (*RATIO STUDIORUM*, 1952, p. 178)

Como podemos ver temos um manual que tinha mais de militar do que pedagógico. Estimular competição em nome de uma boa formação curricular chega a ser um paradoxo.

O professor era o primeiro exemplo do estudante jesuíta e, por isso mesmo, teria que ter uma vida exemplar, tanto no sentido de uma vida reta quanto no sentido de aliar a vontade à inteligência. Rodrigues mostra três qualidades necessárias aos professores: a ciência, a prudência e a fidelidade:

(...) Benci, auctorizado pedagogo jesuíta do século XVI, requeria no professor três qualidades absolutamente necessárias: Scientia, Prudentia e Fides. Na scientia incluía os conhecimentos precisos das matérias de ensino; pela prudência entendia o methodo e tino para o applicar e na lealdade comprehendia o conjunto de dotes moraes que tornam um mestre perfeito. Todas estas qualidades procuravam, segundo suas leis a Companhia de Jesus que as tivessem os professores dos seus collegios e universidades (RODRIGUES, 1917, p. 91-92).

Então vemos que o futuro professor jesuíta tinha que ter diversas consideradas “qualidades”, onde elas determinariam se ele seria um bom docente ou não. De três regras, somente uma era associada a ciência ou conhecimento.

O professor, que era o primeiro e mais próximo contato do aluno tinha que ser uma figura exemplar. Esse caminho era longo e igualmente rigoroso igual ao dos futuros jesuítas. Era exigida de cada professor uma formação diferente. Por exemplo, temos o professor de letras, o qual deveria fazer um retiro para melhorar o lado moral, antes de começar a formação intelectual. O de filosofia ou teologia fazia uma especialização (COSTA, 2005).

Vemos que não era qualquer um que se formava na Companhia, seja como professor ou aluno. Era um árduo caminho essa formação. Não tínhamos uma simples “escola de formação” e sim um processo de aprendizado repleto de regras.

O latim era a língua oficial do colégio. Ela era ensinada no curso de letras. Era afirmado que o objetivo desses cursos era moldar a alma dos jovens. O curso de teologia era a parte mais importante da formação, onde dominar todo o conteúdo era essencial para as futuras pregações e conversações (COSTA, 2005).

Havia também uma formação técnica, que nada mais era como preparação para *dizer missa*. Também continha no livro, uma regra que instruía a aprendizagem da língua nativa da sociedade onde seriam feitas as missões futuras, como forma de facilitar a comunicação (COSTA, 2005).

As hierarquias, os castigos e punições serviam como forma de afunilar e deixar somente os que estivessem verdadeiramente comprometidos com a causa e sua fé em Deus. Os membros da Companhia eram chamados de inicianos, em alusão ao criador da Companhia, Inácio de Loyola. Esses, após formados e quando saíam em missões, tinham como exemplo o trabalho de pregação de Jesus e seus discípulos (COSTA, 2005).

## **INÁCIO DE LOYOLA**

No ano de 1491 em uma família já composta por 12 irmãos nascia o basco Iñigo de Loyola, que mais tarde viria a ser conhecido como Santo Inácio de Loyola. Criado dentro de um cenário belicoso, acostumou-se desde jovem ao contexto de batalhas, tendo inclusive tomado parte em exércitos tal como alguns de seus irmãos. Vale ressaltar que, para além das disputas locais, cresceu envolvido em um ambiente em que se respirava o “ar das cruzadas”, o que possivelmente influenciou bastante seu modo de proceder e conceber o mundo (SKALINSKI JUNIOR, 2007).

O povoado de Loyola era situado em um vale e pertencia à vila de Azpeitia, fundada pelo rei de Castela Fernando IV em 1310, que por sua vez fazia parte da província de Guipúzcoa e da diocese de Pamplona. A família Loyola figurava entre os vinte e quatro Parientes Mayores, espécie de senhores feudais de Guipúzcoa. Portanto, em razão de sua condição privilegiada, mesmo tendo nascido em um povoado pequeno, Inácio teve a possibilidade de travar contato com os ideais da “idade de ouro” da Espanha, especialmente em Castela (GARCÍA-VILLOSLADA, 1991; DE RIBADENEYRA, 1967).

Fazendo uma pesquisa detalhada sobre os primeiros anos de vida de Inácio, é muito difícil achar fontes que detalham esses primeiros anos. Depois de seu

nascimento e ida para o exército, é que temos mais informações. Sua vida religiosa é muito bem documentada.

Sobre a juventude de Inácio, de acordo com Meissner (1992, p. 16, tradução nossa):

[...] a proximidade da idade adulta já tinha começado a moldar a vida e personalidade de Iñigo. Ele foi treinado nos rudimentos da linguagem, mas como seu pai e a maioria de sua família, tinha pequeno gosto pelas letras ou pelo aprendizado. Entretanto, também foi treinado nas qualidades, ideais e valores que o nome Loyola envolvia.

Inácio foi criada numa família que por ser um pouco “abastada”, teve tanto um viés para letras e estudo, como para o lado militar. Aos 16 anos foi mandado a Arévalo, que era o centro do reino de Castela.

Em sua vida na corte tornou-se um grande boêmio, dado a desregramentos, inclusive, em 1515, aos 24 anos, foi conduzido a julgamento por um delito grave, porém, cuja natureza exata é desconhecida. Consta que se esquivou do julgamento em tribunal secular, entregando-se aos tribunais da Igreja, onde gozou de privilégios e teve uma prisão efêmera. Em Arévalo, Inácio construía uma vida secular bem-sucedida junto à corte, educava-se adquirindo os hábitos cortesãos, apreciava a leitura de romances de cavalaria e, possivelmente, graças à influência de seu senhor, preparava-se para assumir algum posto importante junto ao palácio (SKALINSKI JUNIOR, 2007).

García-Villoslada (1991, p. 99) nos dá uma descrição muito interessante de Inácio de Loyola e sua rotina na seguinte passagem:

Iñigo era conhecido dos arevaleses por sua destreza na arte de tocar alaúde, por sua coragem nos torneios cavaleirescos, por sua agilidade nas danças e outros divertimentos juvenis. Ele se divertia nas alegres excursões de caça que, com a ajuda dos serviçais e criados de casa, empreenderia nas devidas temporadas, ora a pé, ora a cavalo, saindo com seus cães a bater os montes, bosque, campos ceifados e pequenas propriedades, em perseguição de veados, lebres, perdizes, pombas, para depois ufanar-se na cozinha das peças conseguidas e das várias aventuras da caçada.

Segundo a Autobiografia de Inácio de Loyola, até o ano de 1521 pode-se dizer que preponderantemente se dedicara ao exercício de armas, cultivando sempre o objetivo de ganhar honra a partir da sua bravura e de seus feitos (INÁCIO DE LOYOLA, 2000).

A audácia de Inácio vai ser posta à prova. Os franceses andavam em luta contra o vice-rei de Navarra. Estamos em maio de 1521 e Inácio tem 30 anos de idade. Pamplona é cercada e atacada pelas tropas francesas. Estas conseguem entrar na cidade, mas encontram resistência na fortaleza interior que não se rendia ao adversário. Inácio, com toda sua coragem, é a alma da resistência. Após vários dias de combate, a 20 de maio, uma bala fere Inácio e lhe parte a perna direita. Ele então é conduzido até Loiola, ao solar da família, para ser tratado de modo mais conveniente e cuidadoso (PEDROSO, 2007).

O transporte foi bastante difícil, cerca 50 km de Pamplona a Azpeitia, o que contribuiu para a piora de seu estado de saúde. A perna havia se desconjuntado novamente, não se sabe se em razão do transporte ou se em virtude de terem sido maltratados pelo cirurgião militar que o atendera. O fato é que se fez necessário realizar uma terrível intervenção para que os ossos pudessem ser recolocados em seu devido lugar. Sua situação piorou muito após a intervenção, chegando-se ao ponto de lhe ser ministrada a extrema unção no dia 24 de junho. O fato é que a cirurgia resultou em um osso acavalado abaixo do joelho o que descontentava muito Inácio de Loyola, imagina-se que aquela deformidade seria inconcebível para um cavaleiro, de tal modo que se submeteu, mesmo desaconselhado, a carniceria na qual cortou-se um pedaço do osso e em seguida utilizou-se por vários dias instrumentos para distender sua perna (INÁCIO DE LOYOLA, 2000; LACOUTURE, 1994).

Esse ferimento e a recuperação dele teriam sido fundamentais para conversão de Inácio. Teria se convertido ao ler, enquanto se restabelecia dos ferimentos, a obra *Vida de Cristo*, escrita por Ludolfo da Saxônia, e de uma coletânea chamada *Vida dos Santos*.

Os Exercícios Espirituais foram concebidos por Inácio de Loyola ao longo do período compreendido entre 1521 e 1539, respectivamente, ano em que sofreu um grave ferimento na perna ficando convalescente e ano que antecede o reconhecimento oficial da Companhia de Jesus pela Igreja Católica. Os Exercícios Espirituais são resultado de cerca de duas décadas de peregrinações, meditações e estudos de seu autor; e foram estruturados a partir de sua experiência apostólica e de reflexão. Inácio convenceu-se de que os procedimentos e métodos que desenvolvera, a fim de potencializar sua capacidade de interiorização, possuíam um

valor universal e poderiam ser transmitidos a outros servindo como ferramenta evangelizadora (SKALINSKI JUNIOR, 2007).

A metanóia começava a acontecer. Com isso não se quer dizer que Inácio de Loyola não fora cristão até aquele momento, entretanto, era dado ao deleite das extravagâncias cavaleirescas sem jamais ter se dedicado com afinco às práticas católicas. Inclusive em seu leito continuará a sonhar com batalhas e com a dama de seus sonhos. 17 O fato é que a partir das leituras mencionadas, relata ter passado a sentir uma espécie de luta dentro de si, tendo-a relatado da seguinte forma em sua Autobiografia:

Quando pensava nos assuntos do mundo, tinha muito prazer; mas, quando depois de cansado, os deixava, achava-se seco e descontente. Ao contrário, quando pensava em ir a Jerusalém descalço, em não comer senão verduras, em imitar todos os mais rigores que via nos Santos, não se consolava só quando se detinha em tais pensamentos, mas ainda, depois de os deixar, ficava contente e alegre. Mas não reparava nisso, nem parava a ponderar esta diferença, até que uma vez se lhe abriram um poucos os olhos, e começou a maravilhar-se desta diversidade e refletir sobre ela. Colheu então, por experiência, que de uns pensamentos ficava triste e de outros alegre. Assim veio pouco a pouco a conhecer a diversidade dos espíritos que o moviam, um do demônio e outro de Deus (INÁCIO DE LOYOLA, 2000b, p. 23).

Dá-se com toda a justiça o nome de Autobiografia (ainda que ao longo da história tenha aparecido sob outras designações), ao relato que Santo Inácio fez da sua vida ao P. Luís Gonçalves da Câmara (membro da Companhia de Jesus). Santo Inácio não escreveu as suas memórias de sua própria mão, mas a reprodução das suas palavras é tão fiel, que é como se ele as tivesse escrito. O P. Câmara e outros historiadores dizem que Santo Inácio as ditou e que o seu confidente as tomou dos seus lábios; expressões estas que nos revelam que este relato, ainda que traçado por pena alheia, conserva toda a espontaneidade de uma verdadeira autobiografia (COELHO, 2005).

Sob o efeito direto das moções, que tomavam seu espírito de assalto, Inácio passou por uma fervorosa conversão, determinando-se a seguir os passos de Cristo e o modelo de vida dos santos, inclusive, firmando o propósito de peregrinar à Terra Santa. Conforme Daniel-Rops (1999, p. 36) “[...] a sua hereditariedade de cruzado predispunha-o, mais do que pensava, para a decisão que ia tomar. Seria dali em diante e por toda a vida um combatente de Deus”. O ápice desse processo de conversão teria sido uma visão de Nossa Senhora com o Menino Jesus, a partir da qual decidiu peremptoriamente a abandonar sua antiga vida e tomar o caminho da

fé. Apesar da família tentar demovê-lo de seu propósito, ao final de fevereiro Inácio deixava a casa-torre seguindo para a capela da vizinha Aranzazu, depois para Navarrete e Montserrat que se constituiria como uma das paradas mais decisivas para sua formação. Lacouture (1994, p. 10), ressalta que naqueles tempos em que humanismo de Erasmo florescia na Espanha:

[...] ninguém poderia encarnar com um arrebatamento mais minucioso a Idade Média em declínio, dominada por angústias coletivas, suplícios almejados e buscas desvairadas, do que o peregrino claudicante rumo aos Lugares Santos que se encontravam nas mãos dos infiéis.

A partir desse momento que deixa a casa da família e envereda por uma peregrinação, sendo considerado essencial para sua conversão e todo seu trabalho doutrinador. Foi quando renunciou a tudo, deixou sua casa, as roupas finas, dormia em albergues, vestia um saco de penitência, fazia sete horas de orações por dia e fazia jejum e vigília.

Em 1528 Inácio de Loyola chegava a Paris, onde teria a sua melhor vivência como estudante. À época a cidade era rica em debates, com os adeptos do humanismo defrontando-se com os partidários da escolástica, com os livros de Lutero circulando grandemente e com o surgimento de muitas escolas. (DANIEL-ROPS 1999).

Segundo Daniel-Rops (1999), em Paris além de estudar, Inácio aplicava os Exercícios àqueles que se achegavam de sua pessoa interessados nas ideias que propagava, e foi dessa forma que encontrou os seis primeiros integrantes do que viria a ser a Companhia de Jesus. Esses homens uniram-se em torno da figura de Inácio de Loyola constituindo o primeiro esboço da Companhia, oficializando o compromisso apostólico que os unia no famoso voto de Montmartre acontecido no ano de 1534. Nesse, obrigavam-se a três votos, a saber, o de pobreza, castidade e o de peregrinar a Jerusalém. Vê-se aqui, o retorno do ideal medieval que o inspirava desde sua convalescença na casa-torre de Loyola. O fato é que esse círculo não mais se desfaria, e era a semente da Ordem que seria oficialmente reconhecida em 1540.

## **JOSÉ DE ANCHIETA**

José de Anchieta nasceu em San Cristóbal de La Laguna, em Tenerife, nas ilhas Canárias, pertencente à Espanha, no dia 19 de março de 1534. Filho de João Lopez de Anchieta, fidalgo basco, e Mência Dias de Clavijo y Lerena, descendente dos conquistadores de Tenerife. Aprendeu as primeiras letras em casa e em seguida, ingressou na escola dos dominicanos (FRAZÃO, 2022, p.3).

Aos 14 anos, em Companhia de seu irmão mais velho, José de Anchieta foi para Coimbra e ingressou no Real Colégio das Artes, onde estudou Humanidades e Filosofia. Em 1550, se candidatou ao Colégio dos Jesuítas de Coimbra, e em 1551 foi recebido como noviço. José de Anchieta (1534-1597) foi um padre jesuíta espanhol que introduziu a poesia e o teatro na literatura brasileira. Foi beatificado pelo Papa João Paulo II e canonizado pelo Papa Francisco, em 3 de abril de 2014. Foi chamado o Apóstolo do Brasil, pela identificação com seus discípulos aos quais dedicou sua vocação missionária e o seu talento literário (FRAZÃO, 2022, p.3).

Os países bascos e outras regiões da Espanha revoltaram-se em 1519 contra o rei Carlos V da Espanha e o pai de José de Anchieta, Juan de Anchieta, participou das revoltas contra o Rei. Como o movimento foi derrotado, ele teve de sair da Espanha para não sofrer perseguições do governo e foi para as Ilhas Canárias em 1522.

Em 1551, entrou para a Companhia de Jesus. Por essa época, adquiriu uma doença crônica, a tuberculose óssea, que provocou uma curvatura em suas costas. Com 19 anos, mudou-se para o Brasil. Assim, chegou a Salvador em 13 de julho de 1553, com a missão de catequizar os índios (SOUZA, 2022, p.2)

No Brasil, os jesuítas fundaram o Colégio de Piratininga, onde o irmão Anchieta foi professor de latim, a partir de 1554. Para o trabalho de catequese, logo aprendeu o tupi e pôde se comunicar com os índios (SOUZA, 2022, p.2).

No início do próximo ano, em 24 de janeiro de 1554, dia da conversão do Apóstolo Paulo, Anchieta celebra uma missa em memória do santo, o que é considerado como o marco inicial da fundação da cidade de São Paulo, dado o povoado que logo depois se instala (MOTTA, 2022).

Em 1555, período das invasões francesas integra a luta para expulsão dos inimigos, que, no mesmo ano, invadiram o Rio de Janeiro, conquistando o apoio dos índios tamoios. Posteriormente, Anchieta teria um papel destacado no acordo com a

tribo, integrando a missão de paz que parte de São Vicente em 1563. Quatro anos depois, em 18 de janeiro de 1567, os franceses são expulsos do Brasil (MOTTA, 2022).

Com 43 anos, sendo 24 passados no Brasil, Anchieta é designado como Provincial, o posto mais alto da Companhia no Brasil, com o objetivo de administrar os Colégios Jesuítas de todo país. Em suas viagens, que passam a ser constantes, viaja para várias cidades, entre elas Santos, Rio de Janeiro, Santos e Olinda (MOTTA, 2022).

Em 1597, aos 63 anos e já doente, o padre dirige-se a Reritiba (atual Anchieta), aldeia que fundara no Espírito Santo, onde passa seus últimos dias. Seu falecimento viria a ocorrer no dia 9 de junho de 1597.

Quando estudamos alguns dos fatos da vida de Anchieta, um dos que mais se destaca é o aprendizado da língua tupi, que permitiu a escrita da Gramática tupi, em 1555, que seria usada em todas as missões dos jesuítas.

Levando em consideração o contexto histórico da época, deve ter sido notável que a comunicação com os indígenas seria algo difícil. Com a escrita dessa gramática houve um marco, pois agora as missões jesuítas teriam um ponto positivo no ensino católico.

“Anchieta, graças a seu magnífico trabalho, realizou um dos princípios básicos da Companhia de Jesus, o de que todos os missionários deviam aprender a língua da terra onde exerciam seu ministério, para empregá-la em vez de sua própria língua”, declarou Carlos Drummond, professor de tupi, na apresentação da última edição da Gramática, publicada em 1990 como forma de catapultar o movimento pró-canonização do beato (FEIJÓ, 2021).

Embora liberada oficialmente apenas 40 anos depois de sua produção (na época, havia censura régia em Portugal e qualquer obra tinha que primeiro ser autorizada pela realeza), a Gramática era consultada no Brasil desde 1556 – nesse período, os primeiros rascunhos da obra “serviam de texto para o ensino do tupi no colégio da Bahia”, conforme observa o linguista Augusto Magne no prefácio da quinta edição, impressa em 1946. “Em 1560, o padre *Luís de Grã* tornava obrigatório o seu estudo”, Magne complementa.

Aprender o tupi, coisa que até aquele momento poucos tinham feito, valia para todos os que exerciam os serviços catequético-missionários, desde simples pregadores até reitores. Rui Pereira, educador cristão, registra o fato em uma carta da época: “O padre Grã ordenou em casa que houvesse uma hora de lição de língua brasílica” (FEIJÓ, 2021).

Também em carta, o padre João de Melo revela: “Vai a coisa tão veras que há quem, dentro de um ano, se obriga a falar a língua”. Reconhecidamente, somente mais três jesuítas, além de José de Anchieta, eram fluentes em tupi: Pero Correia, António Rodrigues e João de Aspicuelta Navarro (FEIJÓ, 2021).

Aspicuelta, aliás, foi o primeiro a aprender as pronúncias e até cogitou criar uma gramática. Mas esperava que lhe sobrasse tempo, já que naquele momento, em 1553, ele acompanhava como capelão as expedições dos invasores em busca de pedras preciosas pelo interior do país. O jesuíta morreria dois anos depois, sem conseguir iniciar o projeto (FEIJÓ, 2021).

No total, foram lançadas sete edições. Da primeira remessa, sabe-se da existência de ao menos três exemplares: um na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, outro na Biblioteca Vittorio Emanuele, de Roma, e o terceiro no Arquivo da Companhia de Jesus, também na capital italiana. É para esse arquivo que iam as cartas e os relatórios que os jesuítas eram obrigados a fazer, contando a situação das missões em todos os continentes onde atuavam (FEIJÓ, 2021).

## **O “HERÓI” JOSÉ DE ANCHIETA**

Anchieta realmente foi uma figura “heroica” na história brasileira? Nesse tópico pretendemos discorrer um pouco do porquê desse título ter sido atribuído a ele ao longo da história. Mas será que realmente esses títulos são merecidos?

José de Anchieta é considerado por muitos uma figura destacada na história do Brasil, bem como na história da Companhia de Jesus. Ele foi responsável, juntamente com outros jesuítas, pela organização da primeira educação letrada e sistematizada nas terras da então colônia portuguesa. No século XVI, Anchieta participou de maneira ativa da colonização e da conquista espiritual das terras recém-descobertas. Escreveu Cartas, Poemas, peças de Teatro e a Gramática da língua tupi. Em função disso, é considerado também um dos fundadores da literatura brasileira. Atuou ainda como missionário e professor. Foi, após a sua morte,

considerado apóstolo do Novo Mundo, e recebeu vários títulos de grandeza, como por exemplo: santo, missionário, educador, curador de almas e corpos, entre tantos outros. Para se ter uma ideia da imagem que se faz do jesuíta, podemos citar alguns exemplos entre escritores clássicos da literatura brasileira, como Machado de Assis (1839-1908) e Olavo Bilac (1865-1918). Ambos apresentam em suas obras, referências ao padre, que é apresentado como uma pessoa destacada, acima da média (RUCKSTADTER; TOLEDO, 2006).

Olavo Bilac assim escreveu: “Anchieta Cavaleiro da mística aventura, herói cristão! Nas provocações atrozes sonhas, casando a tua voz às vozes dos ventos e dos rios na espessura [...] (OLAVO BILAC, 1978, p. 272).

O que é a figura de herói, o que é herói? O herói histórico é aquele a quem cabe a defesa de uma determinada visão de mundo. Nesse sentido, qualquer que seja a tipologia do herói, ele sempre participa de uma luta maior, conforme afirma Kothe:

[...] a rigor, a luta da qual todos os heróis participam é a luta de classes, ainda que em geral tudo seja feito, em termos de deslocamentos, deformações e escamoteamentos, para que este nível profundo não apareça enquanto tal, A luta de classes não é apenas o motor da História, mas o motor de qualquer história, em qualquer gênero, literário ou não-literário (2000, p. 45)

A luta maior de Anchieta seria a colonização? A conversão dos indígenas a fé católica? Padre Anchieta com certeza se sobressaiu aos outros. Aprendeu Tupi e com isso criou uma gramática bilingue para os índios aprenderem português, sendo esse fato podendo ser considerado uma coisa boa ou não, pois isso resultava em um processo de aculturação.

Uma forma de aculturação, pois estavam de forma brusca e radical retirando toda a cultura pré-existente nas comunidades indígenas. Isso somente para facilitar a catequização, não acho que tenha para se conectar aos indígenas. Essa idealização dos padres aprendendo Tupi não era porque “quero aprender a língua deles” era somente porque ficaria mais fácil impor as ideias católicas e toda a cultura portuguesa para os indígenas (RUCKSTADTER; TOLEDO, 2006).

## RATIO STUDIORUM

Em Portugal no ano de 1586, chega a primeira versão do manual pedagógico de ensino jesuíta, a “*Ratio Studiorum*”, escrito pelo padre Manoel Álvares. Ele tinha como objetivo instruir quem estava começando a ensinar. O livro era formado por diversas regras, que Saviani (2017) cita como sendo 467. Além disso, continham objetivos e métodos de gramática, dentre outros saberes e instruções religiosas que foram seguidos até 1832, como também as normas e instruções para diretores e professores dos colégios jesuítas (SAVIANI, 2017).

Além das regras e das normas, o *Ratio Studiorum* apresentava os níveis de ensino; humanidades, denominado de estudos inferiores, cujo currículo abrangia cinco disciplinas, sendo elas, retórica, humanidades, gramática superior, gramática média e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de filosofia e teologia denominados de estudos superiores (TOYSHIMA; MONTAGNOLI; COSTA, 2010, p. 2)

No ano de 1564 veio a decisão da Coroa Portuguesa de destinar dez por cento dos impostos da colônia brasileira a manutenção dos colégios jesuítas. A boa fase desses anos da colonização brasileira permitiu a expansão jesuíta e a criação do guia de estudos implantando em todos os colégios da ordem no mundo, o *Ratio Studiorum*.

O *Ratio Studiorum* como mencionado anteriormente nesse artigo, foi o primeiro manual pedagógico jesuíta criado em 1586 pelo padre Manoel Álvares e seguido até o ano de 1832. Era um texto complexo e repleto de regras, que serviu como base pedagógica até seu desuso em 1832, seguido até esse ano sem nenhuma alteração significativa (NEGRÃO, 2000).

O Brasil é um país de culturas diversas e plurais. Nosso país tem várias religiões e cada uma delas contribuiu para a nossa história. Quando falamos das primeiras colonizações do Brasil, o catolicismo se destaca. Nesse caso tivemos uma influência europeia juntamente com a exploração de nossos bens naturais. Roberto Valdés Puentes diz:

Na sua condição de código pedagógico, o *Ratio Studiorum* expressava, num conjunto de normas, a maneira como deviam ser constituídos os estudos; além do que definia o modelo de mundo, de sociedade e de indivíduo que se pretendia; informava sobre todas as atividades da Companhia, a

organização curricular, a metodologia do ensino, os saberes a ser ensinados, as condutas a serem inculcadas e a incorporação de comportamentos, normas e práticas etc. (PUENTES, 2007. p 35)

Em 1599 ele foi adotado oficialmente pela Companhia de Jesus. O documento continha regulamentação, a administração, os currículos e as práticas de ensino nas instituições educacionais jesuítas não somente na Europa, como no exterior.

Eram 467 regras que deveriam ser seguidas de forma rigorosa. Saviani (2007) as organiza da seguinte forma:

- A) Regras do provincial, em número de 40.
- B) Regras do reitor (24).
- C) Regras do prefeito de estudos superiores (30).
- D) Regras comuns a todos os professores das faculdades superiores (20).
- E) Regras particulares dos professores das faculdades superiores (49), divididas em: regras do professor de escritura (20); regras do professor de hebreu (5); regras do professor de teologia (14); regras do professor de teologia moral (10).
- F) Regras dos professores de filosofia (27), tendo: regras do professor filosofia (20); regras do professor de filosofia moral (4); regras do professor de matemática (3).
- G) Regras do prefeito de estudos inferiores (50).
- H) Regras dos exames escritos (11).
- I) Normas para a distribuição de prêmios (13).
- J) Regras comuns aos professores das classes inferiores (50).
- K) Regras particulares dos professores das classes inferiores (59): regras do professor de retórica (20); regras do professor de humanidades (10); regras dos professores de gramática superior (10); regras do professor de gramática média (10); regras do professor de gramática inferior (9).
- L) Regas dos estudantes da Companhia (11).
- M) Regras do que repetem a teologia (14).
- N) Regras do bedel (7).
- O) Regras dos estudantes externos (15).
- P) Regras das academias (47) distribuídas em: regras gerais (12); regras do prefeito (5); regras da academia de teologia e filosofia (11); regras do

prefeito da academia dos teólogos e filósofos (4); regras da academia de retórica e humanidade (7); regras da academia dos gramáticos (8).

A regra F da lista destrinchada por Saviani é bem interessante pois, os professores de teologia e teologia moral, tinham que além de fazer a preparação didática, passar por uma formação moral. Como eles eram responsáveis pelo lado espiritual do aluno, era exigido deles um período de retiro para “preparar a alma” do docente, além do seu conhecimento teológico.

Analizando aquilo que fora citado e listado por Saviani, o grau de organização era enorme. Muito bem escrito e dividido de acordo com a função de cada um dentro dos colégios. Regras que deveriam ser cumpridas a risco de punições severas que iam de uma simples advertência ao castigo físico.

E quanto a pedagogia do plano de estudos jesuítas? As ideias pedagógicas presentes nele vieram a ficar conhecidas depois como a pedagogia tradicional. Dermeval Saviani contextualizou:

Essa concepção pedagógica caracteriza-se por uma visão essencialista de homem, isto é, homem é concebido como construído por uma essência universal e imutável. A educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando a essência universal e ideal que o define enquanto ser humano. Para a vertente religiosa, tendo sido o homem feito por Deus a sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em consequência, o homem deve empenhar-se em atingir a perfeição humana na vida natural para merecer a dádiva da vida sobrenatural (SAVIANI, 2007, p.58).

Essa predominância pedagógica durou até a expulsão dos jesuítas por ordem do Marquês de Pombal em 1759, após quase dois séculos de uma ideologia jesuíta.

## **CHEGADA E PERMANÊNCIA JESUÍTA NO BRASIL**

As ordens e as congregações religiosas tiveram um papel fundamental na conquista, colonização, expansão e evangelização do Brasil. Os jesuítas da Companhia de Jesus (1549), os Franciscanos (1585) e os Beneditinos (1581) desbravaram o interior do território brasileiro na sua epopeia evangelizadora (REIS, 2012, p.106)

O Brasil teve três fases de colonização, listada por historiadores como Período Pré-colonial (1500-1549), Período Colonial (1549 - final do século XVIII) e Crise do Sistema Colonial (final do século XVIII-1822). Antes da chegada jesuíta no ano de 1549, tivemos a fase que se constituiu, principalmente, de grande exploração dos recursos naturais do território e sua venda no mercado Europeu. O produto mais famoso seria o pau-brasil.

Não vemos o esforço em povoar ou colonizar o país. O único interesse nesse período era a exploração de recursos e principalmente preservar a presença portuguesas. Os franceses também tinham interesse no novo território. Lembrando que a América havia sido dividida entre os portugueses e espanhóis no Tratado de Tordesilhas, a França não se mostrou muito satisfeita por ter ficado de fora, por isso o medo português de invasão à nova terra.

Logo após veio a instauração do sistema de capitanias hereditárias, que consistia basicamente em dividir o Brasil em quinze lotes de terra e ceder a exploração destes a terceiros. O sistema de capitanias hereditárias também implantou um novo ciclo econômico no Brasil e encerrou o período pré-colonial.

Os jesuítas chegaram em 1549 após um decreto do rei Dom João III, com o intuito de colonizar através da fé. Como as capitanias hereditárias não haviam obtido o sucesso desejado, esperava-se que com a civilização dos indígenas o Brasil se desenvolvesse economicamente.

Para alcançar seu objetivo do projeto de colonização das terras brasileiras, a Coroa portuguesa contou com a colaboração da Companhia de Jesus. Segundo Leite (1965), Azevedo (1976) e Ribeiro (1998), a principal intenção do rei D. João III ao enviar os jesuítas para a Colônia brasileira, essa ideia e o conselho vieram de Diogo de Gouveia, pedagogo, teólogo, diplomata e humanista a serviço do Rei, foi para converter o índio à fé católica por intermédio da catequese e do ensino de ler e escrever português (NETO, 2008).

Pontuamos vários aspectos da Companhia de Jesus ao longo do trabalho. Da sua fundação e o motivo por qual foi criada, a formação rigorosa dos futuros missionários, o impacto da sua inserção no Brasil e as suas principais figuras e o manual pedagógico *Ratio Studiorum*. A chegada da Companhia no Brasil foi em 1549, quase cinquenta anos depois dos primeiros portugueses. Sua missão era basicamente estabelecer a ordem na terra recém “descoberta”.

A atuação dos padres inacianos, como eram chamados em homenagem ao fundador da Companhia Ignacio de Loyola, somente era viável graças a uma série de medidas da monarquia portuguesa como por exemplo o envio de verbas para que fosse possível a instalação e manutenção das funções. A autonomia somente se realizava na ação evangelizadora.

Tudo estava de alguma forma conectado. A função principal do governador Tomé de Souza, que veio com os jesuítas, era defender as capitanias de ataques franceses e reestabelecer as que estavam em mau estado. Outra coisa que podemos relacionar com a tentativa de colonização dos nativos, era que os ataques indígenas às capitanias, deixavam elas enfraquecidas e suscetíveis aos ataques franceses (REIS, 2016, p.116).

Nas instruções dadas a Tomé de Souza, a coroa enfatizava que não deveria infligir nenhum dano aos indígenas, isso enquanto eles fossem pacíficos. Um bom tratamento era fundamental para a evangelização. Em contrapartida, os nativos rebeldes que resistissem ao cristianismo podiam ser escravizados (REIS, 2016, p.116).

Dessa forma, desenvolveu-se no Brasil a distinção capital entre nativos pacíficos, menores de idade a serem protegidos pela coroa enquanto eram aculturados gradualmente como cristãos, e os belicosos, contra os quais se deveria fazer “guerras justas”, que podiam ser expulsos à força, se necessário, e, em última análise, escravizados para o uso dos colonos (JOHNSON: 1997, p. 263).

A relação entre o governador e os jesuítas era amistosa. Em um documento datado de 01/06/1553, o governador destacou o trabalho dos inacianos que ia muito além da catequese:

Os irmãos da Companhia de Jesus faz nesta terra muito serviço a Deus por muitas vias como por vezes tenho escrito a V.A tem eles grande fervor de irem pela terra adentro a fazer casas no sertão entre o gentio e lhe defender de maneira com as palavras com que devem defender as tais obras dizendo-lhes que as como se for V.A allargando, se vão elles também e que se quisessem entrar pela terra a dentro que o facão dois ou três com seus línguas a pregarem ao gentio mas irem fazer casa entre elles me não parece bem por agora senão em nossa Companhia (MENDONÇA, 1972, p.67).

Nesse relato do governador ao Rei, vemos a importância do trabalho inaciano dentro do território, abrindo e expandindo-o, como também os perigos dessas

missões, onde se aconselha que os padres não se aventurassem terra adentro em busca dos indígenas sem proteção.

A atuação evangelizadora da Companhia de Jesus no Brasil até sua expulsão foi verdadeiramente um processo ceifador cultural para as populações indígenas. Visto pela monarquia portuguesa como grande obra de catequese e civilização, os inicianos cumpriram bem a cartilha do seu fundador.

Entraram no território; aprenderam a língua dos indígenas; escreveram gramáticas; procuraram conhecer os calendários e as festas; combateram os usos e costumes indígenas.

Por seu turno ainda, era recomendado aos jesuítas missionários que mantivessem boas relações com bispos, chefes políticos, colonizadores e indígenas importantes, a fim de não colocarem obstáculos ao trabalho missional (REIS, 2016, p. 113).

Como a missão tinha muito de entrar em territórios desconhecidos e perigosos, era fundamental os proventos da coroa. Não só para construção de aldeias e vilas evangelizadoras, mas como proteção aos padres. Tudo isso demandava dinheiro (REIS, 2016, p.116).

Em documentos históricos é muito bem catalogado a preocupação da coroa em manter em bom estado financeiro das missões, pois, era de total interesse para que a colonização fosse bem-sucedida o trabalho dos inicianos.

Mas não somente de uma boa relação se vivia na Companhia de Jesus. Nos mesmos documentos que registraram os proventos que eram destinados aos padres, se registraram a insatisfação com a quantidade deles. Os inicianos achavam que recebiam “esmolas”.

Entre o que se sabe que era incluído para o sustento dos padres tinham: a farinha de mandioca, azeite, vinagre, vinho, pano pardo, pano de lenços, que eram pagos mensalmente pelo almoxarifado da cidade de Salvador e abatidos da verba de sustento anual dos padres (REIS, 2016, p.116).

Em carta de 10 de junho de 1552 a P. Simão Rodrigues, Nóbrega afirma que o governador havia ordenado dar a dez jesuítas “um cruzado em ferro cada mês para a manutenção de cada um e sinquo mil e seissentos réis pêra vestir cada anno, com o qual nenhuma roupa se poderá fazer nesta terra”, mas que ainda não haviam recebido (LEITE, 2000, p. 121).

Que os gastos com a manutenção da Companhia de Jesus no Brasil eram dispendiosos, isso podemos concluir com tais relatos. Mas ao mesmo tempo nos leva a pensar que eles estavam aqui para ajudar a coroa a manter seu território. Afinal, os indígenas eram os “inimigos”, era necessária cessar essa ameaça.

Então vemos os inacianos, que sabiam de sua importância, reivindicar um tratamento que eles talvez estivessem acostumados quando viviam em território português.

A Companhia de Jesus foi de extrema importância para economia do Brasil colônia aquela época. Indo um pouco além nos anos, no período de 1580/1640, sob a proteção da Espanha, a Coroa manteve e reconheceu a ajuda aos inacianos, tão fundamental à obra colonizadora e aos propósitos da Companhia de Jesus.

É o caso do Regimento dado ao governador Francisco Giraldes, que substituiria Manuel Telles Barreto, primeiro governador nomeado durante a dinastia filipina.

Embora não chegasse a exercer suas funções, o Regimento do governador tem importância histórica por ser o primeiro exemplar da legislação filipina aplicada no Brasil. Demonstrava vivo interesse na propagação da fé católica, mencionando o pagamento dos dízimos devidos aos evangelizadores, cuja obra enaltece (MENDONÇA, 1972, p. 257).

O Regimento recomendava todo o empenho dos ministros para o sucesso da obra de conversão, que os inacianos fossem favorecidos e ajudados em tudo que fosse necessário. Aconselhava o “particular respeito aos padres da Companhia de Jesus”, e que se fizessem bom pagamento do que cada ano tinha direito os jesuítas para sua manutenção e, acima de tudo, mantivesse o monarca informado (MENDONÇA, 1972, p.261).

## **A INSTITUIÇÃO DA “EDUCAÇÃO CATÓLICA” AOS INDÍGENAS E ALGUNS MÉTODOS UTILIZADOS**

Nesse tópico pretendo discorrer um pouco do ensino jesuítico que foi implementado no América Portuguesa (1549 - final do século XVIII) e da estrutura escolar que foi fundada pelos jesuítas.

Como a intenção dos portugueses era a colonização, além da extração das riquezas, podemos afirmar que a estrutura rígida da formação dos padres da Companhia vinha a calhar com o momento.

A aproximação dos padres com os nativos era um terreno tortuoso. Tínhamos a barreira cultural, linguística, histórica, entre outras. Acredito que toda a formação jesuíta não os preparou para as dificuldades a serem enfrentadas.

Apesar de estar aqui no Brasil a serviço da coroa portuguesa, a Companhia possuía certa autonomia. Eles chegaram com o objetivo de colonizar por meio da religião e com isso houve grandes mudanças sociais e culturais na já existente cultura indígena.

Não tinham somente como objetivo o processo religioso, mas também social. Afinal, tiveram grande função na transformação social e cultural dos indígenas brasileiros. Mudanças radicais, podemos salientar.

Foi uma “conquista” de forma gradual e exigiu muito esforço e tempo dos seus membros diante das dificuldades encontradas. Eles tinham como uma das ideias a implementação de um hábito de trabalho produtivo aos nativos, em virtude que os padres os consideravam ociosos e improdutivos.

Uma das primeiras atitudes tomadas por Manuel da Nobrega foi a fundação de aldeias de catequização que ficavam próximas as vilas e cidades fundadas pelos portugueses, para facilitar o acesso dos catequizadores. Essas vilas eram povoadas pelos padres jesuítas e os indígenas a serem convertidos. Tinham três objetivos: doutrinário, ensinar a religião e a prática cristã aos índios; econômico, instituir o hábito do trabalho como princípio fundamental na formação da sociedade brasileira e político que visava a utilizar os índios convertidos contra os ataques dos índios selvagens e, também, dos inimigos externos (NETO; MACIEL, 2008)

Azevedo (1976) vai discorrer que a atuação jesuítica no Brasil pode ser dividida em duas fases ou dois séculos: a primeira fase, considerando-se o primeiro século de atuação, foi a de adaptação e construção de seu trabalho de catequese e conversão do índio aos costumes europeus; já o segundo século de atuação dos jesuítas, foi de grande desenvolvimento e extensão do sistema educacional implantado no primeiro período.

A exemplo de outros europeus (conquistadores e colonizadores), os padres jesuítas, num primeiro momento, tinham uma imagem do índio que o caracterizou

como o "bom gentio", bem como o seu modo de viver e seus costumes eram motivo de admiração, visto serem considerados exóticos.

Segundo Neto e Maciel (2008) já num segundo momento, os indígenas passam a ser encarados pelos padres jesuítas como um empecilho para a consecução de seus objetivos, pois, ao não se adaptarem às exigências do trabalho árduo, rotineiro e contínuo, destinado à acumulação e não mais apenas à sobrevivência, tornam-se insubordinados, abandonando, dessa maneira, as missões e retornando para suas aldeias.

Havia documentos que onde era relatado tudo, as chamadas Cartas Jesuítas. Elas eram uma espécie de diário do que se passava durante as missões. Eram relatadas as preocupações, necessidades e as atividades que eram realizadas. (NETO e MACIEL, 2008).

O padre Manuel da Nóbrega e seus companheiros da Companhia de Jesus fundaram na Bahia, em agosto de 1549, a primeira "escola de ler e escrever" brasileira.

O analfabetismo dominava não somente as massas populares e a pequena burguesia, mas se estendia até a alta nobreza e família real. Saber ler e escrever era privilégio de poucos, na maioria confinados à classe sacerdotal e à alta administração pública. É bem verdade que os mosteiros e as catedrais eram quase que os únicos asilos das letras, tanto sagradas como profanas; mas sua atuação era modesta e restrita à satisfação de suas necessidades internas; não tinham a consciência de estar cumprindo uma missão social. (MATTOS, 1958, p. 37-38)

Manuel da Nóbrega também tinha ajudantes que auxiliavam em algumas funções essenciais. Com isso é redigido o primeiro status ou catálogo da missão brasileira. Mas com a decisão de catolizar vem a seguinte questão: como ensinar a religião católica, quando a comunicação verbal era impossível?

Foi quando Padre Manuel fez um plano de estudos organizados em duas fases: aprendizado de português, do ensinamento da doutrina cristã e da alfabetização e na segunda fase o aluno teria a opção para escolher entre o ensino profissionalizante e o ensino médio, segundo suas aptidões e dotes intelectuais revelados durante o ensino elementar.

No dia 13 de julho de 1553 chega à Bahia um novo grupo de jesuítas, o terceiro grupo a vir para o Brasil, composto de seis padres sob o comando de Luiz de Grã.

Em 1553 o padre Manuel da Nóbrega retirou-se para as capitanias do Sul e nomeou Vicente Rijo como superior interino do Colégio da Bahia. Os colégios da Bahia e de São Vicente foram os mais prósperos da Companhia de Jesus.

Vicente Rodrigues (1528-1600), conhecido por Vicente Rijo, nasceu em Sacavém, Portugal, ele ingressou em Coimbra aos 17 anos na Companhia de Jesus, onde fez seu noviciado.

Com seus 21 anos de idade, já na Bahia, foi designado pelo padre Manuel da Nóbrega, para catequizar e ensinar a ler e escrever os meninos indígenas. Assim ele se torna o primeiro professor a ministrar aulas na primeira escola brasileira, o Colégio da Bahia. Após quatorze anos de trabalho, o padre Vicente Rijo foi transferido por motivos de saúde para Porto Seguro.

Os jesuítas também fundaram colégios no Espírito Santo (padre Afonso Braz) e em Porto Seguro (padre Azpicuelta Navarro).

## **CONCLUSÃO**

O assunto tratado sempre me trouxe curiosidade. Seja em forma de disciplina na universidade ou nas diversas referências aos jesuítas que vemos no Brasil, principalmente em museu e homenagens. Procurei discorrer sobre a real motivação da chegada da Companhia de Jesus no Brasil. Foi visto ao longo da pesquisa que eles tinham objetivos religiosos, econômicos e educacionais.

A estadia, se assim podemos dizer, dos inicianos no Brasil durou duzentos anos, até a sua expulsão pelo Marques de Pombal em 1759. Eles vieram a América portuguesa com o objetivo de catolizar os índios. Até o presente momento Portugal não havia tentado nenhum tipo de colonização e apenas extraía os bens naturais para comércio na Europa.

A pesquisa sobre o tema me trouxe muito mais esclarecimentos e curiosidades. O percurso de quase um ano em torno desse estudo foi algo gratificante. Antes de uma opinião pessoal sobre o aspecto histórico social pude perceber algo maior do que eu tinha em mente quando escolhi esse estudo. As barreiras mais difíceis enfrentadas durante a pesquisa e escrita, foi o cuidado de não dar um tom pessoal e de juízo de valor ao trabalho. Algo complicado, tendo em vista que os jesuítas nunca foram para mim algo benéfico para a história do país.

Durante a pesquisa foi possível ver que eles tinham objetivos traçados antes de chegar ao país. Pensado e organizado na Europa pelo ex militar Inácio de Loyola, como uma das medidas da Igreja em frear o protestantismo. Mas não somente por isso viva a Companhia. De uma disciplina militar, algo que pode ser bom ou ruim, depende de quem lê, eles tinham como tarefa converter os indígenas.

Isso trouxe um processo de aculturação nos nativos aqui presentes. Eles tinham sua própria estrutura formada e estabelecida que foi ceifada de forma abrupta. Os índios que haviam passado por processo de aculturação selvagens eram um obstáculo para o avanço da extração dos bens e por isso deviam ser contidos. A catequização seria uma boa ideia?

Minha intenção com o trabalho era trazer uma visão do surgimento da Companhia e suas práticas. O estabelecimento no Brasil e o como foi a aproximação com a sociedade aqui presente. Tentei discorrer um pouco sobre o assunto mostrando também os pontos negativos dessa vinda.

Nesse sentindo pude apresentar neste trabalho, de forma um pouco sucinta como se deu a passagem dos jesuítas no período colonial, enfatizando suas perspectivas na formação moral, intelectual e cultural dos gentios e colonos. Procurando de alguma forma esclarecer seus métodos para a catequização dos indígenas.

Contudo, depois de mais de dois séculos de dominação as ideologias jesuíticas estão cada vez mais presentes no contexto da educação atual, conforme foi debatido, percebemos o quanto que o progresso educacional continua tardio, assim como em outras vertentes influenciadas pela religião, a educação sempre foi mantida como recurso de submissão as pretensões de superiores.

A ocupação jesuíta trouxe o primeiro contato com uma pedagogia tradicional, mesmo que eles não tenham chegado com o interesse educacional. Podemos extrair resultados positivos e negativos, uma pedagogia que perdurou dois séculos e deixou seu legado na educação. Mas ao mesmo tempo um processo de aculturação que deixou suas marcas até a atualidade.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W.R.A. **A educação jesuítica no Brasil e o seu legado para a educação da atualidade.** REVISTA GRIFOS - N. 36/37 – 2014.
- AMORIM, *et al.* **Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759).** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 185-196, out./dez. 2017.
- AQUINO, S.L. **Considerações sobre o conceito de civilização em Norbert Elias.** Revista Espaço Acadêmico – nº 138 – novembro de 2012.
- ARAÚJO, *et al.* **O Sujeito na Pesquisa Qualitativa: Desafios da Investigação dos Processos de Desenvolvimento.** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Vol. 33 pp. 1-7, 2016.
- ARCANJO, F, *et al.* **A história da educação no Brasil.** São Paulo: Seven System, 2010.
- BARREIRO, Álvaro. **O livro da vida de Cristo de Ludolfo de Saxônia e os exercícios espirituais de Inácio de Loyola.** Persp. Teol. 39 (2007) 351-368.
- COELHO, C.C. **Educação dos índios na Amazônia do século XVIII: uma opção laica.** Revista brasileira de história da educação nº 18 set./dez. 2008.
- COSTA, C.J. **A formação do padre Jesuíta no século XVI.** Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 20, p. 79-96, jul./dez. 2005.
- FREIRE, L.G.L. **Fontes Históricas Jesuítas: Manuscritos do arquivo histórico ultramarino catalogados pelo projeto resgate.** Cadernos de História da Educação – v. 10, n. 1 – jan./jun. 2011.
- HERNANDES, P.R. **A Companhia de Jesus no século XVI e o Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 222-244, dez.2010.
- LIMA, *et al.* **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.
- MESQUIDA, Peri. **Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 235-249, abr./jun. 2013. Editora UFPR.
- MOURA, A.F. **O sistema educativo cabo-verdiano nas suas coordenadas sócio-históricas.** Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 16, n. 1 (40), p. 79-109, jan./abr. 2016.
- PAIVA, J.M. **Estado e educação. A Companhia de Jesus: Brasil, 1549-1600.** Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 15, n. 2 (38), p. 169-191, maio/ago. 2015.
- PAIVA, W.A. **O legado jesuíta na educação brasileira.** Educação em Revista|Belo Horizonte|v.31|n.04|p.201 - 222|Outubro-Dezembro 2015.

PEDRO, Livia. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 16, n. 1 (40), p. 79-109, jan./ abr. 2016.

PIZZANI, *et al.* **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

PORTELA, C.A. **Para além do “caráter ou qualidade de indígena”: uma história do conceito de indigenismo no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em história) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PUENTES, R.V. **Instrumentalidade cultural da didática jesuíta: uma análise do Ratio Studiorum**. Cadernos de História da Educação – v. 9, n. 2 – jul./dez. 2010.

REIS, C.R. **A chegada e o estabelecimento da companhia de Jesus no Brasil**. ÁGORA, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 22, n. 44, p.109-123, 2012.

RIBEIRO, P.R.M. **História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**. Paidéia, FFCLRP - USP, Rib. Preto, 4. Fev./Jul,1993.

RUCKSTADTER, *et al.* **Análise da construção histórica da figura “heróica” do Padre José de Anchieta**. Cadernos de História da Educação– nº. 5 – jan./dez. 2006.

SANTOS, L.X. **O Concílio de Trento e a discussão acerca do estatuto da imagem**. 2013. Monografia (Pós-graduação *lato sensu*) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual**. Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013.

SHIGUNOV, *et al.* **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR.

SKALINSKI, O. **O Caminho dos jesuítas da mística à educação: dos exercícios espirituais ao ratio studiorum**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.